

A natureza do furo de reportagem: da perspectiva histórica para uma construção teórica

The nature of the scoop: from the historical perspective to a theoretical construction

La naturaleza de la noticia: la perspectiva histórica de una construcción teórica

Hebe Maria Gonçalves de Oliveira¹
(hebegoncalves@hotmail.com)
<http://dx.doi.org/10.5216/cei.v1i1.27756>

Resumo

Este artigo se propõe apresentar uma recuperação histórica do "furo de reportagem", delimitando-o a partir da origem dos termos "notícia" e "reportagem" e destacando o seu papel na disputa concorrencial entre as empresas jornalísticas. Parte-se do pressuposto que o furo de reportagem surge da própria noção de reportagem na invenção do chamado jornalismo moderno, no decorrer do século XIX. Infere-se ainda que a ideia original de furo de reportagem permanece vital nas redações atuais, embora possa-se apregoar a sua extinção na era da internet. Nesse sentido, apresenta-se um conceito de "furo de reportagem" a partir de características atuais do jornalismo contemporâneo. Isto é, de "lugar comum", passa-se então a compreender o "furo de reportagem" como categoria do jornalismo. A reflexão resulta da pesquisa de doutorado que identifica as lógicas de distribuição das agências de notícia nacionais – *Estado, Folhapress e O Globo* –, que integram os principais conglomerados de mídia brasileira.

Palavras-chave: Furo. Jornalismo. Notícia Exclusiva.

Abstract

This article intends to present a historical recovery "scoop", delimiting it from the origin of the terms "news" and "news report" and highlighting its role in the competitive race between news organizations. The assumption is that the scoop comes from the notion of news report during the invention of modern journalism, throughout the nineteenth century. It is inferred that even the original idea scoop remains vital in today's newsrooms, although it has been proclaimed their extinction in the internet age. In this sense, we present a concept of "scoop" from current characteristics of contemporary journalism. It means that, from de "common place" then goes on to understand the "scoop" as a category of journalism. The reflection results from doctoral research that identifies the logical distribution of national news agencies - *Estado, O Globo and Folhapress* - those integrate the major Brazilian media conglomerates.

Keywords: Scoop. Journalism. Exclusive News.

¹Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestrado em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Graduação em Comunicação Social/Jornalismo, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Foi coordenadora do Curso de Especialização Mídia, Política e Atores Sociais (2011/2012) e atualmente é coordenadora do Curso de Jornalismo (graduação) e integra o Programa de Mestrado em Jornalismo na mesma Instituição

Resumen

Este artículo propone presentar un repaso por la historia de la "Exclusiva del reportaje", delimitándolo a partir de los términos "noticia" y "reportaje" y destacando su papel en la disputa concurrencial de las empresas periodísticas. Esto parte de la premisa que el punto del reportaje surge de la propia noción del noticia en la invención del llamado periodismo moderno, en el transcurrir del siglo XIX. Todavía se deduce que la idea original de la "Exclusiva del reportaje" surge a partir de características actuales del periodismo contemporáneo. Esto es, "de un lugar común" se pasa a comprender como "Exclusiva del reportaje" como categoría del periodismo. La reflexión resulta de la investigación del doctorado que identifica las lógicas de distribución de las agencias de noticias nacionales - Estado, Folhapress y O Globo-, que integran los principales conglomerados de los medios brasileños.

Palabras clave: Exclusiva del reportaje. Periodismo. Noticias exclusivas.

INTRODUÇÃO

1 NOTÍCIA, REPORTAGEM E INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

A palavra "furo", ou "*scoop*" em inglês, designa a notícia dada em primeira mão, com exclusividade, por um jornal ou revista (impresso, rádio, televisão ou *online*); um jargão jornalístico criado no interior das redações para designar a "notícia exclusiva", ou a "grande notícia". Conforme define Colombo (1988, p. 167):

O *scoop* é a revelação exclusiva de um facto que todos os outros (jornalistas e público) ignoram ainda. Ou então é uma ocasião preparada por outros para usar o jornalista em seu benefício ou prejuízo de outros. Mas todos os directores esperam do repórter o *scoop*. E todos os repórteres o ambicionam como produção ou como status.

O termo *scoop* nos remete, portanto, ao período da invenção do "repórter" como profissão e da "reportagem" como gênero/modalidade jornalística na segunda metade do XIX. Em sua origem, a noção de reportagem está ligada à busca/descoberta de fatos novos, à investigação dos fatos. Esta demarcação conceitual e histórica nos remete à noção de jornalismo/empresa emergente nos Estados Unidos e países da Europa, no contexto de uma sociedade capitalista industrial em crescente desenvolvimento.

A notícia, afirma-se, é mais velha que o jornalismo, pois contém em sua natureza o relato de fatos a aqueles que ainda não os conhecem. Neste sentido, a notícia é própria da comunicação humana. Mitchell Stephens (1993) atribui à necessidade da notícia "um sentido social" e um grande interesse pelo "desconhecido". Tobias Peucer, em sua célebre tese de 1690, *Os relatos jornalísticos*, atribui à notícia uma "curiosidade humana" de saber o "que há de novo". Peucer (2004) ressalta a ausência de escritos da antiguidade que registrassem a origem da notícia. O autor concebe a origem

da notícia como uma nova modalidade que, na época, se contrapunha ao rigor da história então emergente no século XVI, e feita por “alguns não mais instruídos” que, querendo imitar os historiadores, “recompilaram uns relatos grotescos sobre fatos acontecidos recentemente aqui e acolá, obras precipitadas extraídas dos escritos dos palácios, dos mercadores, ou de boato público de sorte que favoreceriam a curiosidade do povo, geralmente inclinada, ao conhecimento de coisas novas”. (PEUCER, 2004, p. 17). Os relatos, então presentes no formato das cartas comerciais ou particulares, ganharam os impressos com o surgimento dos jornais. Assim escreve Peucer (2004, p. 18): “as causas da aparição dos periódicos impressos com tempestiva frequência hoje em dia, são em parte a curiosidade humana e em parte a busca de lucro, tanto da parte dos que confeccionam os periódicos, como da parte daqueles que o comerciam, vendem”.

O registro de Peucer sobre a notícia (*novellae*) ocorre já na era dos jornais. O autor a concebe como “relatos periodísticos” (*Relation es novellaes*) que contêm a notificação de coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja”.

A noção de notícia como "relato" dos fatos atuais nos parece satisfatória até o período do "novo jornalismo" ou o "jornalismo informativo", em sua fase áurea nos Estados Unidos e Europa nas duas últimas décadas do século XIX às primeiras do século XX. Esta concepção é constatada nos ensaios de Walter Lippmann e Robert E. Park, dois pioneiros das pesquisas em jornalismo no início do século XX. Para Lippmann, em seu artigo de 1919, *A natureza da notícia*, “a notícia é o relato das coisas que são interessantes”. Já para Park, em ensaio publicado em 1940, a notícia “trata de eventos únicos”. “Na sua forma mais elementar o relato da notícia é um simples *flash*”, anunciando que um evento aconteceu”. (PARK, 2008, p. 59).

A noção de notícia como o simples relato de um fato pode não atender ao jornalismo contemporâneo, conforme a teoria de Adelmo Genro Filho (1987), que compreende a notícia como uma modalidade mais ampla do jornalismo, considerando a complexidade da atividade jornalística e da realidade em que a mesma está inserida. Mas a concepção de notícia como "relato" nos faz pensar sobre às transformações enfrentadas pelo jornalismo em sua trajetória histórica. Michael Schudson (1999, p. 14) defende a notícia “como uma forma de cultura”, que “incorpora o que é importante, o que faz sentido, o tempo e o lugar em que vivemos, quais considerações devemos levar a sério.” [tradução livre]. A notícia foi inventada pela *penny press* nos anos 1830, assim como a reportagem foi uma invenção do jornalismo no século XIX. Segundo Schudson (1999, p. 38), a notícia, em sua forma contemporânea, “é mais uma categoria historicamente situada que uma universal e eterna característica da sociedade humana”. [tradução nossa]. Ao descrever as formas

como a notícia se apresentada nos jornais em diferentes épocas, o autor argumenta que ela é uma convenção de nossos dias, mas que “parece” ser eterna.

Como exemplo, o autor resgata as mudanças na cobertura dos pronunciamentos anuais do Presidente dos Estados Unidos ao Congresso nos últimos dois séculos. Schudson (1999) recupera que a Constituição dos Estados Unidos determina que todo presidente deve fazer um pronunciamento anual ao Congresso no início de cada estação de inverno. O autor observa que, da implantação da medida inaugurada pelo 1º presidente dos Estados Unidos (1789-1797), George Washington, às primeiras décadas de 1800, o pronunciamento do presidente era publicado na íntegra, sem ao menos um comentário sobre o conteúdo do discurso pelos jornais em suas colunas editoriais. Além disso, os jornalistas não tinham acesso às sessões do Parlamento. Já na metade do século XIX, principalmente depois da Guerra Civil Americana (1861-1865), a imprensa passou a apresentar as discussões no Congresso sobre o pronunciamento do presidente e as notícias iniciadas com uma ampla descrição sobre o ambiente no Congresso – característica que indicava a presença do repórter como “espectador”, conforme ilustra a notícia publicada pelo *New York Times* em 1852: “Está um brilhante e lindo dia e as galerias da Casa estão cheias de damas e cavalheiros, tudo é alegria...”. [tradução nossa]. (SCHUDSON, 1999, p. 57).

Já em 1870, as atenções dos repórteres se voltavam para as reações dos notáveis congressistas em relação ao pronunciamento do presidente. Décadas antes, o trabalho dos repórteres era apenas noticiar o que o presidente havia dito. No final dos anos 1870 e na década de 1880, os jornalistas passaram a entrevistar os congressistas. Mas, conforme descreve Schudson (1999, p. 58), raramente os congressistas tinham as entrevistas como uma oportunidade de publicidade. Ao contrário, se mostravam irritados com os questionamentos dos repórteres. No final dos século XIX, as notícias eram ainda as curiosidades durante a abertura do Congresso, “como se fosse algo novo”. Depois dos anos 1900, o pronunciamento do presidente passou a ser o assunto do *lead* (técnica então adotada como primeiro parágrafo da notícia) e o presidente mostrado como um ator, tomando todas as atenções da imprensa antes mesmo de seu pronunciamento no Congresso. A partir de 1930, o presidente passou a falar não somente para o Congresso, mas para toda a nação e para o mundo – o que era prontamente noticiado pela imprensa, que então já contava com a atuação do rádio. Conforme escreve Schudson (1999, p. 62), a cobertura do evento pelo rádio também era noticiada pelos jornais. As histórias apresentadas pelo autor apontam mudanças tanto na realidade política quanto realidade jornalística. “O jornalista, não meramente o transmissor de documentos e mensagens, tornou-se o intérprete da notícia. Esta nova regra permite o repórter escrever sobre o

que ele escuta e vê e o que não é ouvido, visto, ou está intencionalmente omitido”. [tradução nossa]. (SCHUDSON, 1999, p. 62).

O autor defende que as mudanças no jornalismo ocorreram não somente pelas transformações da forma da política, mas que vários fatores fizeram da atividade jornalística uma especialidade que despertava ambição. Primeiro, os repórteres como um grupo se tornaram mais autoconscientes e autônomos. No final do século XIX, foram formados os clubes de jornalistas, os repórteres passaram a adquirir prestígios e bons salários, formando uma elite de jornalistas relativamente independentes em seus trabalhos. Ao mesmo tempo, os jornais se tornaram grandes negócios, com interesses mais no lucro que na política.

No interior da imprensa como negócio estava a concorrência entre os grandes jornais e a principal disputa das empresas era por atrair o maior número de comerciais. Os grandes clientes eram as indústrias farmacêuticas e de cosméticos e as emergentes lojas de departamentos, que sustentaram as grandes tiragens de jornais e as edições dominicais destinadas às mulheres, grande público para o qual se destinavam os anúncios nas páginas dos jornais. “O total da renda dos anúncios estava crescendo rapidamente. Em 1880 chegava a 39 milhões de dólares os anúncios em jornais e periódicos: o recenseamento do mesmo ano demonstrou que os anúncios só nos jornais diários eram avaliados em 21 milhões de dólares. (...) Em 1890 a renda publicitária de todos os jornais e revistas totalizavam 71 milhões de dólares; em 1900, 95 milhões, e em 1910, 200 milhões”. (EMERY, 1965, p. 430).

Em 1896, a circulação diária do *Journal*, naquela data há um ano sob a direção de William Randolph Hearst, era de 437.000 exemplares, e o *World*, de Joseph Pulitzer, chegava a 380.000 exemplares. No ano seguinte, a tiragem do *World* saltou para 600.000 exemplares. (EMERY, 1965, p. 459). Para se garantirem entre a concorrência, os jornais passaram a contratar os melhores repórteres e custear um grande número de correspondentes de guerra.

O aparecimento do telefone nos escritórios dos jornais significava que os repórteres podiam colher notícias locais. Antes do fim do século o repórter (leg-man) que saía em busca de notícias e o redator no escritório (rewrite man) começaram a aparecer como personalidades distintas na equipe editorial, embora homens de atribuições especiais continuassem a escrever suas próprias reportagens (EMERY, 1965, p. 419).

A disputa entre os jornais alimentava também a rapidez na coleta das notícias, que se tornava mais facilitada com o suporte tecnológico – telégrafo a cabo interligando as cidades e os

continentes, o fornecimento de notícias pelas agências de notícias, a invenção do telefone, os sistemas de impressão mais velozes.

A pressão por uma cobertura mais rápida e mais ampla dos acontecimentos, que derivava quer da crescente competição entre os diários, quer das exigências do novo ambiente social, produziu progressos na cooperação de coleta de notícias. As redes de comunicação acompanhavam o ritmo das necessidades de uma América que estava sentindo a interdependência criada pela sua revolução industrial e que estava imbuída do espírito de pressa no resolver seus novos problemas (EMERY, 1965, p. 423).

Conforme Schudson (1978, p. 137), a imprensa também foi responsável pelo crescimento da publicidade e da propaganda. Nos primeiros anos do século XX, os Estados Unidos presenciaram o surgimento de uma nova área, as relações públicas, que tiveram grande influência sobre o jornalismo. “O que era a base primária para a competição entre os jornalistas – o exclusivo, os bastidores das histórias, a dica, o furo – foi arrebatado pelos *press releases* e as conferências de imprensa”. [tradução nossa]. (SCHUDSON, 1978, p. 137). O crescimento da propaganda ocorreu principalmente no período de guerra. Muitos jornalistas passaram a trabalhar diretamente na produção de mensagens da Primeira Guerra. Segundo o autor, entre os notáveis estava Walter Lippmann, que serviu como capitão da inteligência militar e dirigiu o editorial da propaganda americana em Paris. Em 1917, o presidente Wilson criou o *Committee on Public Information*, que contratou muitos jornalistas, escritores favoráveis à força americana. “Propaganda e relações públicas minaram a velha confiança nos fatos”. [tradução nossa]. (SCHUDSON, 1978, p. 144).

Após o período das duas Grandes Guerras do século XX, uma referência do jornalismo emerge no mundo na cobertura do caso Watergate, com a atuação dos jornalistas do *Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein – o chamado jornalismo investigativo. O Watergate soou como uma retomada do fôlego do jornalismo, que desde o período áureo da grande imprensa dava sinais de ter perdido o seu espírito – o de trazer a verdade à tona. Por outro lado, Schudson (1999, p. 142) defende a tese do "mito do jornalismo do Watergate" – dois jornalistas contra um presidente. Isto é, a imprensa, no caso o *Washington Post*, como única reveladora do escândalo que culminou na renúncia do presidente Richard Nixon (Republicano). A tese de Schudson é que o "mito do Watergate" serviu não só para o triunfo do jornalismo americano, como também para o sistema de uma imprensa livre. Por outro lado, o autor não deixa de apontar também que, nas décadas seguintes ao Watergate, a imprensa presenciou um "jornalismo de celebridade", referindo-se aos

jornalistas que fazem de tudo para estar em evidência, e um crescente interesse pela vida privada de figuras políticas.

2 A NATUREZA DO FURO DE REPORTAGEM

O "furo de reportagem" nasce com a própria reportagem. A afirmativa nos parece satisfatória ao partirmos da concepção do jornalismo – na forma que o compreendemos hoje – como uma invenção do século XIX, isto é, o surgimento do jornal empresa e da profissão repórter. A noção de "furo de reportagem" como categoria do jornalismo apresentada nesta pesquisa requer devido esclarecimento. Compreendemos "categorias", na perspectiva de Pierre Bourdieu (2005), como percepções, princípios, visões e divisões do mundo social que nos cerca. Segundo, Bourdieu, Aristóteles denominava as "categorias" de “atos de classificação”, isto é, “baseados em um princípio de classificação” a partir do que já está implícito, “a fim de tornar consistente em si mesmo”. A função das categorias, para Bourdieu (2005, p. 38), é “fazer métodos explícitos, torná-los em categorias explícitas no discurso”. [tradução nossa]

Dizer que o "furo" nasce com a reportagem pode responder a uma questão histórica, mas não conceitual. Se temos a noção de "furo" como uma categoria do jornalismo, ele é inerente ao conceito de notícia ou de reportagem, ou aos dois? O que é notícia e o que é reportagem? Qual a distinção entre notícia e reportagem para a noção de "furo"? A bibliografia sobre a história do jornalismo atribui o surgimento da reportagem ao período áureo da concorrência no jornalismo impresso. Neste sentido, compreendemos que é no interior da disputa concorrencial entre os jornais pela notícia que se localiza o "furo". Sobre o nascimento da reportagem, Nilson Lage (2006, p. 15) também expõe as transformações no jornalismo a partir das disputas acirradas entre os emergentes jornais/empresas: “Descobriu-se a importância dos títulos, que são como anúncios do texto, e dos *furos*, ou notícias em primeira mão: o jornal que publicasse primeiro o relato de um fato de interesse público seria lido em lugar dos concorrentes e ganharia pontos na preferência dos leitores em geral para as próximas edições”. A concorrência entre os jornais permitiu ao jornalismo “passar a história a limpo”.

Já não se podia, como antes, tratar os protestos populares como casos de polícia, desviar fundos públicos ou massacrar povos coloniais, mantendo tudo em segredo. A história oficial era desmentida antes mesmo de ser escrita.

Poucos documentos relatam, por exemplo, liquidação sistemática das culturas inca, asteca e maia, na América espanhola, nos séculos XVI, XVII e XVIII. O século XIX, pelo contrário,

foi um século de revelações. (...) Em meio à propaganda de sempre, surgiram por via da reportagem, os fatos reais (LAGE, 2006, p. 16).

No jornalismo contemporâneo, notícia e reportagem se apresentam como gêneros jornalísticos. Entre as diversas tentativas de conceituações sobre as duas formas, a mais frequente se refere à diferença na extensão (tamanho): a reportagem é "uma notícia grande", "uma notícia em profundidade", ou "uma notícia ampliada". "Toda reportagem é uma notícia, mas nem toda notícia é reportagem", escreve Juarez Bahia (1990, p. 49). O que se poderia dizer que toda reportagem contém uma notícia, mas que a notícia não possui a dimensão da reportagem, ou seja, não dá conta de explicitar a complexidade dos fatos. O que caberia à notícia apenas anunciar que um fato aconteceu; já à reportagem, a sua ampliação, mostrar "como é que isto se deu". Argumenta Bahia (1999, p. 49): "O salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética".

Mas a reportagem, em sua origem no século XIX, tinha o sentido de descoberta, de busca pelo fato novo, de investigação – o que também pode ser identificado atualmente na notícia, conforme a compreendemos no jornalismo contemporâneo. Assim, quais sentidos atribuídos à notícia e a reportagem de forma a se diferenciarem no momento do surgimento da própria reportagem?

Os jornais do século XVI, XVII e XVIII não conheceram a prática da investigação jornalística, ou seja, a busca pelo fato "novo". As notícias sempre eram relatos de acontecimentos de outras cidades ou estrangeiros, enviadas por oficiais dos correios através de cartas, ou viajantes através de seus relatos, e ainda de outros jornais de fora. "Se não houvesse notícias no correio, aparecia, no jornal daquela semana, uma espécie de ensaios redigidos apressadamente" com justificativas sobre a falta do serviços postais. (STEPHANS, 1993, p. 497). Os correspondentes enviavam aos jornais relatórios de "ocorrências com status de notícias". Quando publicadas nos jornais, as notícias já haviam percorrido longas distâncias e, conseqüentemente, dias, meses ou anos. Stephans (1993, p. 489) descreve que uma edição do *Gazette de France*, editado em Paris, em 1632, continha notícias de seis dias oriundas de Londres; de uma semana, provenientes de Bruxelas; mais de duas semanas, vindas de Madri; e de dois meses e meio, de Constantinopla. A conquista da China pela Manchúria, em 1644, foi publicada por um jornal holandês em 1650. A notícia sobre a

morte do rei da Inglaterra William III, em 8 de março de 1702, só chegou aos Estados Unidos em 17 de maio e um exemplar do *London Gazette* com o registro do mesmo fato só chegou em Boston em 28 de maio do mesmo ano. No início do século XVIII, o tempo mínimo para que as notícias da Inglaterra chegassem à Massachusetts, nos Estados Unidos, era de 48 dias; considerando atrasos nas navegações, levavam um tempo ainda maior.

As notícias mais velhas sempre ganhavam as primeiras páginas. As notícias locais só passaram a interessar aos jornais após o crescimento das cidades. Afora isto, as notícias locais corriam de boca em boca. Em 1700, a região metropolitana de Londres já contava com 670 mil habitantes, onde surgiram as primeiras mudanças para as notícias locais. Mas a coleta de notícias de primeira mão só ocorrera em Londres, por volta de 1808, para o *Times*. (STEPHANS, 1993, p. 532). Nos Estados Unidos, o primeiro jornal diário surgiu em 1783, o *Pensylvania Evening Post*, na Filadélfia, mas a coleta de notícias em primeira mão no País só se deu a partir de 1820. O "ato de anunciar" passou a significar, então, a descoberta da notícia através do método jornalístico, isto é, da reportagem. “O método jornalístico é a busca de fatos independentemente verificáveis sobre acontecimentos atuais, através do empreendimento, a observação e investigação. Esse método todo possui importantes limitações; entretanto, juntamente com o telégrafo e outras maravilhas tecnológicas, merece algum crédito por ter colaborado na dissipação da neblina” (STEPHANS, 1993, p. 511).

A descoberta da notícia ou a busca de fatos consistia inicialmente no método da observação. A incorporação da entrevista ao método jornalístico só ocorrera nas últimas décadas do século XIX. Segundo Schudson (1999, p. 72) antes dos anos 1860 não se falava ainda na entrevista como prática jornalística. Jean Chalaby (2003), que defende a tese do jornalismo como uma invenção anglo-americana, escreve que a entrevista foi inventada pelos americanos e depois espalhada para a Inglaterra durante os primeiros anos da década de 1880. “Também espalhou em França pela mesma altura que a imprensa britânica, mas em ritmo mais lento, principalmente porque os políticos eram relutantes em dar entrevistas. Preferiam escrever eles próprios artigos ou ter os seus discursos publicados na íntegra. Consequentemente, a entrevista não era prática comum entre os jornalistas franceses até o período entre guerras” (CHALABY, 2003).

Nas primeiras décadas de 1700, os jornais aceleram a busca por informações locais, com observações apanhadas nos cafés pelos “coletores de notícias domésticas”, pessoas que passaram a trabalhar para os jornais para as sessões chamadas de “*Notícias Domésticas*”, assim como os correspondentes que, então, atuavam nas províncias. Em 1770, os coletores de notícias passaram a

ter acesso ao Parlamento, em Londres, mas ainda “não era permitido fazer anotações na galeria onde o público se sentava”. Obrigados a escrever os relatos sobre os longos debates no Parlamento somente através da memória, ainda assim os tinham publicados com destaque pelos jornais. A permissão aos jornalistas de tomarem notas nas galerias do Parlamento só ocorreu em 1783. (STEPHANS, 1993, p. 528). Assim os jornalistas passaram a usar a estenografia no lugar da pura memória para escreverem seus relatos jornalísticos. A coleta de notícias de primeira mão ganhou importância em Londres, por volta de 1808, e os repórteres, que antes atuavam na coleta de notícias como uma espécie de “bico”, passaram a ser contratados pelos jornais por tempo integral. Mas nos Estados Unidos, a “busca de notícias”, o “ato de noticiar” só começou a ser feita de forma mais sistemática nas décadas de 1820 e 1830. (STEPHANS, 1993, p. 533). Além do Parlamento, os “coletores de notícias domésticas” a descobriram também em outros espaços da vida pública, como cafés e tribunais.

Os jornais se vangloriavam ao afirmar que possuíam correspondentes em diversos países. Na última década de 1700, nos Estados Unidos, os jornais adotaram a busca de notícias nas embarcações, em alto mar, a fim de fazer com que chegassem mais rapidamente em terra firme e, assim, serem publicadas em “primeira mão”.

Um dos primeiros a tomar essa iniciativa foi Benjamin Russel, do *Massachusetts Sentinel and Republican Journal*, que em 1790 já estava coletando informações no cais de Boston. (...) Em meados da década de 1820, na cidade de Nova Iorque, a utilização de tais “botes de notícias” resultou num dos primeiros empreendimentos em matéria de coleta cooperativa de informações: a maior parte dos principais jornais de Nova Iorque se juntou para fretar um barco para esperar navios, em busca de jornais europeus e notícias do continente (STEPHANS, 1993, p. 514-515).

Dessa prática dos “botes de notícias” surgiu a disputa entre os jornais pela posse de botes mais velozes. Conforme escreve o autor, em uma das edições de 1840, o editor do New York Herald, James Gordon Bennett, noticiou ter o veleiro mais veloz para a busca de notícias: “Em qualquer espécie de notícia, o *Herald* será um dos primeiríssimos entre os primeiros”. Stephans (1993, p. 516) escreve que “para ser “um dos primeiríssimos entre os primeiros” também envolveria, naqueles anos, parelhas de cavalos, trens e pombos – e não era excluído que os jornalistas assaltassem os trens uns dos outros ou matassem a tiros o pombo rival”.

Outra forma da concorrência inicial entre os jornais se deu na cobertura das notícias dos tribunais de polícia. Segundo Stephans, eram comuns as notícias de julgamentos de pequenos crimes, porém divertidos; muitos como casos de envolvimento com bebidas alcoólicas, que eram

divulgados pela polícia. Aos poucos, o ato de coletar notícias, isto é, a prática da reportagem, ultrapassava os “limites da observação stenográfica” quando os repórteres tornaram-se mais agressivos “nas interrogações e buscas minuciosas” de fatos com mais destaques. Os repórteres passaram a relatar não só o seu o próprio testemunho, mas a perguntar as pessoas o que elas haviam visto e ouvido. O que era considerado agressivo naquela época, quando a prática de ouvir testemunhas cabia somente aos magistrados; aos repórteres, apenas relatar as suas próprias observações, além do que já havia sido registrado pelas autoridades – o que aponta para a origem das "fontes oficiais" e "não oficiais" na forma do jornalismo que compreendemos hoje.

Em 1820, jornais como o *Times* já se dedicavam à cobertura de julgamentos com investigação minuciosa e o envio de repórteres a acontecimentos “para não perder notícias”, como um compromisso de editores na disputa pela "notícia de primeira mão". Esse compromisso, conforme escreve Stephans (1993, p. 541), é inerente ao um novo sistema estabelecido nessas décadas no jornalismo: o "furo" – “os repórteres designados para o Parlamento ou para os tribunais de polícia ofereciam a seus leitores a certeza de que seriam informados sobre *qualquer* projeto de lei importante, sobre *qualquer* crime interessante”.

Durante a década de 1840, o *Herald* enviou um repórter para dar cobertura à Guerra Mexicana. Sob a direção de Bennett, despachou nada menos que sessenta e três repórteres para cobrir a Guerra Civil; o *New York Tribune* e o *New York Times* enviaram pelo menos vinte repórteres cada. A guerras, de forma ainda mais acentuada do que os assassinatos, incentivaram o desenvolvimento da técnica da reportagem, e a Guerra Civil forneceu numerosos exemplos de meticulosidade na procura de informação (STEPHANS, 1993, p. 554).

A acirrada concorrência entre os jornais em seu período áureo aumentou a disputa pelo "furo". Stephans (1993, p. 587) relata um episódio do *Evening Post*, de Nova York, que marcou a corrida pelo "furo" nos últimos anos do século XIX. Um dos repórteres, Lincoln Steffens, que fazia cobertura policial, despertou a imprensa para “uma onda de crimes”. Conforme descreve o autor, naquela época os repórteres eram acostumados a noticiar somente os crimes que eram relatados pela polícia à imprensa. Um certo dia, Steffens, quando descansava no quartel da polícia entre detetives, repórteres e detentos em um dia quente – prática comum na época para jogar baralho ou para tirar um cochilo – ouviu a história de um roubo na casa de um conhecido corretor da bolsa de valores de Wall Street. Como o crime não se encontrava na lista repassada pela polícia à imprensa, Steffens correu para o escritório e escreveu a notícia sobre o roubo. “Naquela tarde, o respeitável *Evening Post* obtivera uma notícia exclusiva – um "furo" – enquanto que os repórteres criminais dos outros

jornais noturnos sofriam do constrangimento de terem sido "furados". Pressionados por seus editores, embarcaram nessa nova forma de competição” (STEPHANS, 1993, p. 588).

3 O FURO DE REPORTAGEM NO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO

A trajetória histórica do jornalismo nos aponta para a natureza do furo de reportagem como característica intrínseca à concorrência ou competição própria do jornalismo. Bourdieu (2005, p. 44) defende que é a competição que legitima um campo específico: “Um campo é um campo de forças e um campo de lutas. Em outras palavras, existe a competição para a apropriação legítima do que está em disputa na luta no campo”. [tradução nossa]. Para o autor: “E, no campo do jornalismo, existe a permanente competição para apropriar-se dos leitores, é claro, mas também para apropriar-se do que é pensado para assegurar leitores, em outras palavras, o acesso às notícias em primeira mão, o "furo", a notícia exclusiva, e também a raridade distintiva, "grandes nomes". [tradução nossa].

No artigo sobre as rotinas produtivas das redações em Brasília de *O Globo, Folha de S. Paulo e Correio Braziliense*, Adghirni (2002, 465) ressalta o papel do furo como estímulo aos jornalistas em suas rotinas no interior das redações: “Só o "furo" pode tirá-los da monotonia das rotinas produtivas, mas o "furo", além de não estar na pauta, torna-se raro nos sistemas de cobertura atual onde a informação passa pelo sistema on-line das agências de notícias. O furo não pertence mais ao repórter do jornal mas à agência da empresa para a qual trabalha”. Sobre esta afirmativa, Adghirni a reforça com as palavras do diretor da sucursal de *O Globo*, em Brasília, Luís Antônio Novaes: “Antes que as empresas jornalísticas se transformassem também em agências de notícias, o furo era a informação que se tinha desde cedo e que era guardado até o fechamento da edição. No dia seguinte seria usado com o maior estardalhaço. Este espírito continua existindo. É o que move o repórter. Sem competição não tem graça”. As palavras de Novaes ainda apontam para um pressuposto colocado como questão central desta pesquisa em processo que é a (re)configuração do furo de reportagem, isto é, uma espécie de deslocamento de suas configurações no interior dos conglomerados nacionais que possuem agências de notícias:

Os jornalistas de *O Globo* adotam o seguinte método: se tem um furo cedo, não é aconselhável passá-lo à agência. Como nos dias de hoje muitos órgãos assinam agências que dão notícias em tempo real, acabam descobrindo a novidade antes que o jornal publique. Quando o furo é muito grande, o repórter joga na agência mais tarde. Em ocasiões muito excepcionais, a notícia não é repassada para a agência. O desafio é mais ter a informação em primeira mão mas trabalhá-la em um nível mais profundo, de bastidores.

Na pesquisa realizada por esta autora (2010) no interior das agências de notícias nacionais – *Estado*², *Folha Press* e *O Globo* –, integrantes dos três maiores conglomerados de mídia brasileiros, voltada a compreender suas rotinas de produção e lógicas de distribuição das informações exclusivas às redações/clientes, tentou-se verificar o lugar do furo de reportagem no jornalismo brasileiro contemporâneo e como as agências de notícias nacionais trabalham com a notícia exclusiva dos jornais carros-chefes de seus conglomerados de comunicação. Sobre o procedimento no *Grupo Estado*, por exemplo, José Carlos Cafundó de Moraes (entrevista em 17/11/2009) explica:

O que a gente costuma segurar é o furo. Furo no sentido de ter a informação exclusiva. (...) O que a gente privilegia? O Estadão, em primeiro lugar. Mas o que a gente faz aqui é segurar aquela informação que é exclusiva para os leitores do jornal, até o momento em que o jornal fique pronto e começa a ir para as bancas. Aí a gente libera no portal e, dependendo do tipo de informação, libera também para os assinantes. Isto fica a critério de quem está lá no comando da 1ª Página. É ouvido sempre o editor. Se o editor falar, “Olha! Tem uma informação exclusiva. Segura!” A gente segura. Outras vezes, o editor passa a informação lá para o Mesão e a gente decide se dá pra segurar, até que horas, ou se põe no circuito a partir de que horas.

Das questões de investigação, pôde-se inferir sobre dois conceitos: notícia exclusiva e furo de reportagem: a primeira – notícia exclusiva – trata-se da principal notícia veiculada por um meio de comunicação referente a um fato extraordinário, não noticiado pelos demais veículos, ou a notícia com uma abordagem diferenciada sobre assuntos presentes na agenda dos meios. O furo de reportagem – a notícia de um fato inesperado dada em primeira mão – é, portanto, uma notícia exclusiva. Mas nem toda notícia exclusiva é considerada um furo de reportagem.

O diferencial presente no furo de reportagem implica em três propriedades:

- 1) *grau ou potencial de repercussão da notícia;*
- 2) *afetação à sociedade;*
- 3) *e reconhecimento pelos demais meios, isto é, os próprios pares.*

Dito isto, passa-se então a situar essas três propriedades que conferem à notícia um furo de reportagem. A primeira delas, grau ou potencial de repercussão da notícia, trata da propriedade inerente à notícia que a faz ser pulverizada pelos demais meios, isto é, a própria informação nova, inesperada, dada em primeira mão com uma certa dosagem de surpresa por um determinado veículo. O *grau de repercussão* implica no potencial da notícia de se espalhar com rapidez entre os

2 Setor denominado *AE Mídia* da *Agência Estado* (não inclui os procedimentos da *Broadcast*).

demais meios, que a fazem chegar a um maior número de pessoas em menor tempo possível. No caso da segunda propriedade, afetação à sociedade, trata-se da abrangência social da notícia, a sua amplitude de forma a afetar as pessoas diretamente, levando-as a mudanças ou tomada de decisões imediatas. A terceira, reconhecimento dos próprios pares, se refere à propriedade da notícia que a faz ser reconhecida por profissionais e instituições da área (jornalistas e empresas de comunicação) conferindo-lhe exclusividade e autoria ao veículo que a reportou. Isto é, requer o reconhecimento dos demais veículos a atribuição da origem e exclusividade a determinado meio. As três propriedades conferem à notícia a atribuição de furo de reportagem. Uma depende das outras, de forma imbricada, coladas entre si.

CONCLUSÃO

Neste artigo, tentou-se recuperar historicamente o furo de reportagem, delimitando a origem dos termos "notícia" e "reportagem", destacando o seu papel crucial na disputa concorrencial entre as empresas jornalísticas. Neste sentido, constata-se que a ideia original de furo de reportagem permanece vital nas redações atuais, embora pareça forçar a sua extinção pelas regras do tempo real na era da internet. Ao contrário, pode-se inferir que, na lógica de aproveitamento e distribuição de conteúdos pelas agências de notícias dos três principais conglomerados de mídia brasileira, o furo de reportagem, pelo seu "caráter extraordinário", ainda é assegurado com total exclusividade ao jornal carro-chefe, produtor da informação, para em seguida ser disponibilizado pelos serviços noticiosos.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: PORTO, Sergio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Ed. Unb, 2002.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, Rodney, NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005. p. 29-47.

CHALABY, Jean. **O jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano de 1830-1920**. 2003. Disponível em: <www.cimj.org/docs/n3-03-Jean-Chalaby.pdf>. Acesso em: 4 out. 2008.

COLOMBO, Furio. **Conhecer o jornalismo hoje:** como se faz a informação. Presença: Lisboa, 1988.

EMERY, Edwin. **História da imprensa nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Litador, 1965.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista da notícia. Tchê!. Porto Alegre, 1987. Disponível em: <www.adelmo.com.br>. Acesso em: 4 out. 2008.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LIPPMANN, Walter. A natureza da notícia. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo:** teorias sociais da imprensa. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MORAIS, José Carlos Cafundó de. Entrevista concedida a esta autora em: 17 nov. 2009.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo:** Teorias sociais da imprensa. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v.1, n. 2. 2004. Tradução Paulo da Rocha Dias.

SCHUDSON, Michael. **The power of news.** 3. ed. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1999.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news:** A social history of American newspapers. Estados Unidos da América: Basic Books, 1978.

STEPHENS, Mitchell. **História das comunicações:** dos tantãs aos satélites. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

Recebido em: 20/12/2013

Aceito em: 15/03/2014

Publicado em: 22/07/2014